

Papo sobre o ensino da filosofia na universidade brasileira¹

Oswaldo Porchat Pereira

(USP)

E-mail: oswporchat@uol.com.br

Estou muito contente de estar na Bahia, onde estive uma única vez antes desta, em 1968, quando dei um curso de um mês, na UFBA, sobre a Ética de Aristóteles. Depois disso, nunca mais voltei. Agora, graças ao Waldomiro José, responsável pela organização do Colóquio de Filosofia e Ceticismo, finalmente vim, e, graças ao José Crisóstomo, estou aqui com vocês, o que realmente é para mim um prazer. Eu não vou fazer hoje uma palestra: pretendo falar alguns minutos, para dizer coisas que me parecem simples, sem nenhuma sofisticação, coisas que me parecem de bom-senso filosófico. É preciso dizer que talvez o bom-senso filosófico não seja a coisa mais difundida do mundo, como alguém já pretendeu. Mas eu gostaria muito, depois de falar, que vocês participassem, seja com perguntas, seja com comentários, seja da maneira que quiserem, para que possamos entabular uma conversa.

Eu acredito, sempre acreditei, que filosofia e espírito crítico são inseparáveis. Por que alguém se põe a filosofar? É porque quer compreender mais. Estou usando aqui a palavra “filosofar” no sentido menos técnico possível. Não no sentido de produzir uma obra filosófica, mas no de pensar, refletir, indagar, de um modo mais compreensivo e mais abrangente, sobre as coisas em geral. Neste sentido, quando temos a preocupação de compreender e nos pomos a refletir, a pensar, a indagar, a estudar, para obter respostas que nos possam dar uma visão mais consistente do mundo, nós estamos filosofando. A palavra “filósofo”, vocês sabem, não quer dizer “sábio”, mas “aquele que gosta do saber”. E

¹ Este texto é uma versão revista e condensada do “Bate-Papo com Estudantes sobre o Estudo da Filosofia na Universidade Brasileira”, que saiu em *O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia*, Waldomiro da Silva Filho (org.), Ijuí, Editora Unijuí, 2005. A transcrição da gravação desse “Bate-Papo”, com estudantes baianos, em 2004, foi feita por Flora Rocha Cardoso. O livro *O Ceticismo e a Possibilidade da Filosofia*, uma valiosa coletânea, mostra bem os resultados fecundos a que têm conduzido as posições porchatianas sobre a filosofia e sua prática, a favor da elaboração autônoma e da discussão filosófica entre pares (Nota de José Crisóstomo de Souza, que promoveu o evento).

gostar do saber não é condenável; nem é preciso ser gênio ou erudito, para gostar do saber.

Se a filosofia é esse espírito crítico, assim aplicado à construção de uma visão mais geral, mais coerente, mais abrangente do mundo, como é que chegamos lá? O recurso à história da filosofia me parece essencial. A menos que, como disse o mestre Victor Goldshmidt, alguém creia na própria genialidade, de uma maneira absolutamente imune a qualquer dúvida, e diga, então, “Eu sou um gênio, não preciso estudar história da filosofia, não preciso ler os filósofos, vou produzir a minha própria obra”. Há quem fez assim e conseguiu fazer obra genial, mas são três ou quatro exceções na história do pensamento filosófico. Para os outros, que não temos essa genialidade, ou essa arrogância, a história da filosofia nos oferece um caminho necessário. Afinal, não vamos começar do zero; muita gente pensou antes de nós, e pensou profundamente, sobre vários problemas, e podemos e devemos nos apoiar no que eles pensaram.

Os filósofos pensaram uns contra os outros, a história da filosofia é uma história de polêmicas, é uma história de incompatibilidades doutrinárias. Os sistemas filosóficos, na verdade, não concordam sobre nada, nem sobre o objeto da própria filosofia. O que é filosofia? Cada um dará uma resposta. Todos concordarão quanto ao exercício do espírito crítico, aplicado a uma visão geral do mundo. Mas isso é muito pouco para definir convenientemente um objeto. Sobre o que é efetivamente o objeto da filosofia, os filósofos estão em desacordo. Sobre como proceder para filosofar, sobre que método utilizar, eles estão em desacordo. Sobre quais os problemas a serem enfrentados, estão em desacordo. E também sobre quais as soluções para os problemas. A história da filosofia é a história destes desacordos. Entretanto, ainda assim, ela é o caminho que - me parece -, se queremos filosofar, não podemos deixar de trilhar. Porque nós aprendemos a pensar com os filósofos, aprendemos com eles a aprofundar problemas. Embora não para repetir o que eles disseram.

Claro que é perfeitamente lícito a qualquer um estudar preferencialmente o pensamento de um filósofo qualquer, mas não é geralmente com essa intenção que nós fazemos história da filosofia, que nós a estudamos. É com a intenção de aprender, com aqueles que pensaram os problemas filosóficos com profundidade, a pensar também com profundidade. A pior coisa, é claro, é ficarmos no estudo de uma só corrente, de um só filósofo. Da mesma maneira como acontece no campo da religião, ou no campo da política,

também no campo da filosofia, há – infelizmente - os que incorrem em tão indesejável auto-limitação. Mas aqueles que correm assim o risco de serem condicionados a pensar de uma determinada e única maneira, seja por influência do entorno social, seja por decisão própria, eles correm também o risco de perderem a liberdade da opção. De serem afetados por uma espécie de lavagem cerebral. Nesse sentido, o estudo sério e aprofundado de vários filósofos, sobretudo de filósofos que pensem diferentemente um do outro, de filósofos cujas doutrinas sejam incompatíveis entre si, é extremamente importante. Importante para que nós percebamos que a solução dos problemas filosóficos é algo extremamente complicado, que exige uma boa dose de sofisticação intelectual, que está e princípio ao alcance de todos nós, mas que nós temos que progressivamente ir-nos tornando capazes de construir.

E, aí, como estudar um filósofo? Como estudar esses vários filósofos que nós temos de estudar? Parece-me que uma coisa importante (não estou dizendo que seja a única coisa importante) é tentar entender esse filósofo a partir do que eu chamaria de “lógica interna” do seu pensamento. Tomemos, por exemplo, um Platão, um Aristóteles, um Kant, um Hegel, um Heidegger, ou outros filósofos quaisquer. Se é certo que todos eles, de um modo geral, aceitam em comum certas premissas, é também verdade que cada um deles constrói seu discurso filosófico por um método que lhe é próprio, um método conforme ao qual vai produzindo e articulando suas teses. A filosofia não é um sistema geométrico, dedutivo, nem mesmo em Espinosa. Se alguém tentar fazer uma formalização (em termos das teorias formais estudadas pela lógica moderna) de uma filosofia qualquer, não há texto que seja formalizável. Nenhum texto filosófico se reduz à lógica formal, isso é impossível. Mesmo quando o filósofo diz que está deduzindo alguma coisa, em termos rigorosamente lógicos poucas vezes se trata de uma dedução rigorosa. Isto é, a “lógica” da filosofia não é a lógica formal. Não estou condenando a lógica formal, fui professor de lógica formal por muitos anos e sou apaixonado por ela. Mas uma das mais importantes contribuições do estudo da lógica formal, para mim, é mostrar que, na filosofia, não se pensa em termos de lógica formal.

Como eu estava dizendo, cada filósofo vai construindo a sua filosofia segundo um certo sistema de procedimento, segundo uma certa maneira de organizar o pensamento e de fazê-lo progredir, que é diferente de um filósofo para outro. Assim, cada filósofo vai instaurando a sua “lógica” própria. Ele vai definindo, ao mesmo tempo em que ele constrói

a sua obra, quais são os procedimentos aceitáveis para pensar filosoficamente. Se não se entende essa *lógica interna* de cada filósofo, não se é capaz de compreender a sua filosofia. Para compreender a filosofia de um filósofo, é preciso descobrir qual o seu *método* de pensar, qual o seu *método* de organizar o discurso filosófico, como ele pensa que se pode progredir em direção a novas proposições. Se não se faz isso, não se entende nada de um filósofo, absolutamente nada.

Há uma coisa muito freqüente que acontece com aqueles que não utilizam um bom método de trabalho historiográfico. Tomam duas ou três proposições de um filósofo, que aparecem em momentos diferentes de sua obra, tentam conectá-las segundo um certo esquema e, a partir daí, propõem uma interpretação, atribuindo ao filósofo tal ou qual doutrina. Na maior parte das vezes, com um tal “método”, não se logra uma compreensão adequada do pensamento do autor estudado. Isso porque, para bem entender aquelas proposições, seria preciso saber por que, em cada lugar, cada proposição foi introduzida, para que fins, conforme que estrutura discursiva. Tomemos um texto de Platão, por exemplo. Vocês podem nele encontrar certas proposições aparentemente categóricas e ser levados a dizer: “Platão disse isso”, “Platão pensou isso”. As proposições estão lá. Entretanto, se se estuda a filosofia platônica com rigor metodológico, descobre-se eventualmente que ele não pensou aquilo, que ele não disse realmente aquilo. Porque, por exemplo, no estudo da ordenação estrutural do pensamento platônico, uma das coisas que descobrimos é que o filósofo entende haver uma dialética ascendente, um processo que vai do mundo empírico em direção às Formas, às Idéias. E que, neste processo, há obstáculos a serem superados. Há coisas que se dizem, mas que devem ser novamente interpretadas numa etapa superior. Há afirmações que se fazem, mas cujo sentido não transparece imediatamente, mas somente é alcançado numa etapa posterior.

Somente quando essa “lógica” toda é apreendida, é que se pode efetivamente entender o que o filósofo quis dizer. Não cabe tomar as proposições isoladas de um filósofo e já começar a dizer: “Isso é a filosofia dele, isso é o que ele pensa”, buscando imediatamente explicações sobre por que ele teria feito tais afirmações (por tais e tais razões, porque a situação histórica era esta, ou aquela...). Antes de avançar tais explicações, é preciso assegurar-se de que se conseguiu, de fato, apreender o significado mais profundo de seu texto. Ora, para tanto, é necessário, antes, reconstruir a “estrutura” da obra, a sua “lógica interna”. Quando esta for reconstituída, aí sim, podemos oferecer uma

interpretação. E, num segundo momento, podemos eventualmente tentar explicar como e por que tais idéias filosóficas surgiram em tais ou quais circunstâncias culturais e históricas, que relações as ligavam a fatores outros de vária natureza. Esta segunda etapa é perfeitamente legítima, desde que, num primeiro momento, se tenha conseguido, de fato, reconstruir adequadamente o pensamento do autor.

A história da filosofia, nesse sentido, é uma ciência bastante difícil. O que um bom curso de história da filosofia faz é preparar o estudante para que um dia ele seja capaz de ler adequadamente um filósofo. Isso não se aprende em um, em dois, ou em três anos; isso se aprende em muitos e muitos anos de pesquisa. É somente depois de pesquisar seriamente um texto, a doutrina de um autor, que se pode obter um progresso significativo nesse processo de aprendizado. Nós não aprendemos o pensamento de um filósofo porque lemos algumas obras, porque lemos alguns de seus livros. O que podemos aprender aos poucos é como lê-lo, é como entendê-lo, através do estudo rigoroso da “lógica” de seu texto. E quando isso se consegue, aí sim, temos condições para dizer: “A doutrina deste filósofo é esta”.

Quero agora dizer algo sobre os cursos de filosofia. Entendo que é perfeitamente legítimo que alguém faça um tal curso com a intenção de tornar-se um historiador da filosofia. Mas muitos – felizmente - vão para a filosofia, não para se tornarem historiadores, mas porque têm o anseio de compreender, de conhecer, porque os move um autêntico impulso filosófico. Eles não querem ser historiadores, eles querem ser filósofos. A meu ver, é extremamente importante e necessário que esta vocação de muitos estudantes seja cuidadosamente contemplada. Para aqueles que querem ser filósofos, o estudo dos textos é apenas um instrumento para ajudá-los a pensar, mas de nenhum modo esgota o âmbito de suas perspectivas. Infelizmente, por culpa de muitos professores, inclusive de quem lhes fala neste momento, perdeu-se isso de vista em boa parte - senão na maioria - dos cursos universitários de filosofia. Muitos cursos de filosofia, como o da USP, onde fui professor por mais de vinte anos, dão importância quase exclusiva à formação do historiador. Ora, vocês viram que acabo de fazer a defesa do estudo da história da filosofia. Começar a filosofar sem fazer seriamente história da filosofia, a meu ver, é insensato. Mas deixar o filosofar para o dia em que se for um historiador consumado, é mais insensato ainda. As duas coisas têm de caminhar juntas, e tenho a impressão de que, na maior parte de nossos cursos universitários de filosofia, se tem esquecido essa outra dimensão do

estudo da filosofia, que é estimular a reflexão pessoal e filosófica dos alunos. Ficou-se só de um lado. Mas os dois lados são necessários, importantes e complementares. Isto é, faz-se necessário ensinar um método rigoroso para ler os autores e entendê-los, porém ao mesmo tempo faz-se necessário estimular os estudantes a refletir criticamente e a pensar por conta própria.

Vários colegas meus e eu mesmo, no passado, pensávamos: “de que adianta começar a filosofar quando se é bastante jovem e ainda não se tem uma formação historiográfica séria?” Necessariamente, um jovem dirá ingenuidades, dirá coisas toscas, simples. Mas cabe perguntar: “E daí?” A criança, quando começa a falar, diz “bá, bá, bá”. Então, não se deixará a criança dizer “bá”, não se deixará que abra a boca? Por quê? Porque ela não sabe falar? Faça-se isso e teremos monstrinhos. Em filosofia, penso que, infelizmente, tem acontecido a mesma coisa: “Você não pode falar porque você vai dizer bobagem”. É claro, entretanto, que, assim, se castra a vocação filosófica; que assim muito estudante, progressivamente inibido, é impelido a desistir de pensar. Eu conheço muita gente que tem hoje cinqüenta anos ou mais, que é inteligente, que é capaz, que é erudito, e que ainda não começou a pensar filosoficamente por conta própria, que ainda está esperando completar sua formação historiográfica. Por esse motivo é que tenho ultimamente insistido bastante em que se faça o que eu digo e não o que eu fiz no passado. Eu tenho insistido bastante, nos últimos oito ou nove anos (eu me aposentei cinco anos atrás), nisso que eu estou pregando agora, isto é, na necessidade de estimular a discussão e a crítica nas salas de aula.

Para o professor, o trabalho será certamente bem maior. Vou dar-lhes um exemplo do que se pode fazer, ao lado de um estudo sério de história da filosofia (que este não pode ser abandonado). Embora isso seja bem mais fácil com turmas de estudantes não muito numerosas, por exemplo, em disciplinas de pós-graduação ou em seminários de graduação. Falo de minha experiência. Eu propunha a meus alunos uma questão, numa turma de doze ou quinze alunos, no primeiro dia do curso, por exemplo, “Qual a sua noção de verdade?” E, na aula seguinte, todos eram obrigados a trazer uma ou duas páginas, discorrendo sobre o tema, expondo uma reflexão pessoal. Em pouco mais de uma hora, todos liam seus trabalhos, e seguia-se uma longa discussão, que se prolongava por mais de duas horas. Eu tinha preparadas notas acerca da questão, mas eu não fazia exposição alguma, eu não as lia, elas serviam unicamente para orientar-me. Os alunos discutiam entre si, eu fazia objeção

ao outro, eu fazia perguntas e objeções a todos. Ao fim da reunião, escolhia-se de comum acordo a pergunta a ser respondida nas redações da próxima aula, a ter lugar na semana seguinte. Na formulação da nova pergunta, os alunos tinham freqüentemente a última palavra. E assim prosseguíamos nas semanas subseqüentes.

Se acontecia que alguém em classe exprimia insegurança quanto a suas próprias idéias, dizendo-se ainda pouco preparado e manifestando a quase certeza de que iria mudar sua posição sobre o tema nas próximas aulas, eu redargüia: “Que coisa maravilhosa! Você ser capaz de dizer uma coisa hoje e de na semana que vem fazer uma autocrítica, passar a pensar o contrário, isso é formidável! Porque há gente que passa a vida inteira sem ser capaz de fazer isso”. E eu lhes lembrava, por vezes, meu próprio itinerário filosófico: antes, em meus primeiros textos, um crítico feroz do ceticismo, hoje um filósofo cético. E eu lhes falava de como se deve, se se é filósofo, ter a coragem de pensar, de avançar posições, de mudá-las, de mudá-las outra vez se nos parecer necessário, numa autocrítica permanente. Até que se encontre alguma idéia que nos pareça merecer que a entretenhamos por um pouco mais de tempo.

Posso garantir-lhes que, para uma maioria dos alunos que passaram por esse tipo de aulas, uma tal experiência foi bastante útil – e tal foi, também, sua opinião. Foi, talvez, para alguns, a única oportunidade que tiveram, em quatro ou cinco anos de curso, de dizer o que pensavam e de discutir com os outros a partir das suas próprias idéias. Estou convencido da necessidade de que os cursos de filosofia caminhem nessa direção. O *exercício filosófico* e o estudo de história da filosofia devem fazer-se um ao lado do outro. O exercício do filosofar pode começar logo no começo, pode começar desde o primeiro ano de faculdade. É possível estimular, desde o início, os estudantes a *fazerem* filosofia. Aliás, é a melhor maneira de mostrar às pessoas que elas não se devem tomar por gênios. Pois quem nunca fala, quem nunca abre a boca, às vezes pensa que é um geniozinho. Os que não o somos, voltamos todos atrás e corrigimos o que dizemos e dizemos novas bobagens, mas bem melhores que as anteriores, bem mais sofisticadas.

Bem, vou parar por aqui, mas estou à disposição de vocês para responder a qualquer tipo de pergunta.

Pergunta: Quando seria o momento adequado para começar a pensar em filosofia?

Resposta: Uma vez, ouvi uma criança de seis anos dizer: “Uma pedra não sabe que existe, nós existimos e sabemos que existimos, somos diferentes das pedras”. Aos seis anos de idade, é uma maravilha alguém dizer uma coisa dessas. Pois bem, as crianças, freqüentemente, sobretudo antes de serem “domesticadas” pelo sistema escolar, já têm vislumbres filosóficos, num certo sentido. Isso poderia ser aproveitado, quando acontece, e isso acontece com freqüência. É certo que não podemos reformar o ensino todo, mas falemos do que nos é mais fácil fazer, por exemplo, modificar o ensino de filosofia nas faculdades. Sem abandonar o ensino rigoroso dos textos dos grandes autores, do qual sou inveterado defensor. Mas, ao lado desse estudo, abrindo caminhos que permitam o exercício da inventividade filosófica. Como disse, isso exige muito mais do professor, que, às vezes, não está – o que é mais que natural e compreensível – preparado para tratar adequadamente e de imediato um tema que de repente surja na discussão. Em tais casos, cabe manifestar honestamente a dificuldade sentida e preparar algo mais substancial para a aula seguinte. Mas induzindo sempre os estudantes a colocarem problemas, a proporem tentativamente soluções. Mostrando-lhes que as soluções que propuseram talvez devam ser completamente reformuladas, que certos aspectos não foram talvez por eles considerados, que devem ler tais ou quais textos de filósofos que abordaram tais temas, que eventualmente já se debruçaram sobre aquelas soluções, seja para defendê-las, seja para criticá-las.

Esse tipo de diálogo entre os estudantes e os professores pode ser levado a cabo. Há toda uma técnica a ser desenvolvida para fazer isso. Mas isso deve ser feito e dá resultado. Houve estudantes meus, da minha segunda fase (eu já perto da velhice), que disseram: “É a primeira vez, num curso de pós-graduação, que tenho a chance de dizer o que penso”. E eles gostaram de poder dizer o que pensavam, eventualmente de dizer o que pensavam para descobrir que estavam pensando errado. Não se progride em filosofia sem exposição à crítica e à refutação. É preciso receber objeções, considerá-las atentamente, examinar se elas efetivamente afetam os pontos de vista que defendemos. Isso nos permite formular novos argumentos em sua defesa, refazer nossas formulações, enriquecer nossas teses. E, se somos levados a abandoná-las, porque se tenham revelado incapazes de resistir às críticas que receberam, não há motivo senão para uma grande alegria intelectual. Porque livrar-nos do que nos aparece agora como um erro é certamente um progresso muito confortador.

P: O que se percebe é que há hoje alguma discussão sobre essas questões, que o senhor tem colocado quando questiona esse viés do ensino de filosofia como história da filosofia. Mas, apesar desse debate ser de certa forma um pouco mais generalizado do que um tempo atrás, o que a gente percebe é que, na construção das grades curriculares, ainda há uma prioridade para a formação histórica em filosofia. Como a instituição acadêmica tem absorvido essa discussão, e de que forma essa discussão pode, de fato, ter um significado prático, na própria formulação da grade curricular, que até aqui ainda prioriza exclusivamente esse outro lado, da historiografia?

R: Não me parece que a questão da grade curricular seja a questão fundamental. É claro que se pode pensar em grades diferentes, mas não acredito que haja uma grade curricular ideal. Creio que há várias maneiras de organizar grades curriculares, melhores ou menos boas. Tenho a impressão de que o importante está mais do lado do professor. Por exemplo, eu me sinto “culpado” por ter contribuído para (de)formar algumas dezenas de jovens professores de filosofia. Nós lhes transmitimos uma preocupação unilateral com os estudos historiográficos e não os incentivamos a pensar filosoficamente. Quando me dei tardiamente conta disso e comecei a fazer minha autocrítica, a maioria dos meus antigos alunos, então colegas, não me seguiram. Muito pelo contrário, continuaram a fazer o que eu lhes tinha ensinado. Não sei se pensaram: “Os velhos, porque ficam velhos, começam a mudar, mas o que importa é o que eles pensaram quando eram moços”. O fenômeno é compreensível. Pois mudar hábitos arraigados não é fácil para um professor, não é fácil para ninguém, nem na universidade, nem fora dela. E autocrítica é a coisa mais difícil de se fazer. Ser capaz de mudar, sobretudo quando você fez uma coisa durante vinte ou trinta anos, ser capaz de voltar atrás e dizer “Olha, eu estava errado” é muito difícil psicologicamente. Mas é possível. E creio que não é um problema de currículo. Pouco importa qual seja o currículo, o que importa é como o professor trabalha. O problema não são as instituições, somos nós, os professores.

Há dois extremos igualmente condenáveis: somente fazer história da filosofia ou desconsiderar a história da filosofia. São duas atitudes lamentáveis. É lamentável não empreender estudos sérios de história da filosofia, os quais são certamente trabalhosos e demandam muito tempo, anos de dedicação e disciplina. Não se adquire de outro modo uma base sólida para filosofar. Ficar só nisso, porém, é castrador, é ruim. Ora, na grande maioria das disciplinas, sobretudo nas disciplinas mais propriamente filosóficas, tais como

teoria do conhecimento, filosofia geral, metafísica, ética, estética etc., é perfeitamente possível desenvolver, como parte do curso, seminários que evitem aqueles dois extremos, ao mesmo tempo desenvolvendo a parte historiográfica e estimulando a reflexão e a discussão sobre temas filosóficos relacionados com as matérias das disciplinas. Não há receitas gerais nem soluções esquemáticas para isso. Basta que o docente tenha uma certa inventividade e se disponha a aprender a coordenar de modo adequado as discussões. Não lhe faltará nunca a contribuição dos estudantes.

Alunos me contaram, certa ocasião, ter ouvido, em sala de aula, de um de seus professores, historiador brilhante da filosofia, em resposta a um estudante que teve a ousadia de fazer uma objeção ao filósofo que estava sendo exposto, algo assim: “Olha, não é que o filósofo tenha razão só porque disse isso, mas ele é um dos grandes ‘monstros’ da história do pensamento humano. Você primeiro faz o curso, estuda, lê, desenvolve sua cultura filosófica, e um dia você poderá fazer uma objeção a ele”. Penso que essa atitude é péssima. O professor deveria ter considerado com seriedade a objeção levantada pelo aluno, examinado sua adequação ou inadequação, mostrado como o filósofo em questão teria possivelmente respondido a ela, comparado eventualmente tal objeção com outras que historicamente foram endereçadas à doutrina do filósofo, etc. E orientado o estudante para leituras que lhe permitissem melhor inteirar-se da problemática envolvida em sua objeção. O estudante eventualmente viria a descobrir que o problema que levantou já fora levantado, e de maneira bem mais aprofundada, na própria história da filosofia. Filosofia se ensina estimulando-se o estudante a pensar. Não lhe proibindo de pensar. E não esqueçamos que não há autoridade em filosofia: temos o direito de pensar *contra* qualquer grande filósofo.

O que o estudante diz em sala de aula sempre vale, sempre vale o que uma pessoa inteligente diz, mesmo que eventualmente demonstre sua ignorância. Aliás, boa parte do que todos nós dizemos exhibe nossa grande ignorância. O professor tem de valorizar a “coragem” que o estudante revela ao avançar alguma idéia, ao dizer alguma coisa por conta própria. Porque tão pouca gente tem coragem de pensar por conta própria, quem exhibe essa coragem tem de ser estimulado, nunca reprimido. Mas os professores estão, eles próprios, deformados por um certo tipo de (de)formação a que foram submetidos. Sua capacidade de produção original também foi cerceada. E muitos chegam à aposentadoria

antes de conseguirem começar a pensar com originalidade. Teriam sido capazes de fazê-lo, mas não o fizeram.

P: Não é verdade que tem havido uma certa ausência - nos nossos encontros de filosofia, nos nossos departamentos, nos nossos seminários - de uma pauta de reflexão sobre o que fazemos no ensino de filosofia? Acho que não é uma responsabilidade pessoal não termos melhorado os nossos métodos de formação, para além da história da filosofia e do comentário do texto canônico. Pergunto: Não é porque não há uma discussão em andamento, que dê ensejo a que as pessoas, com mais naturalidade, cheguem a examinar seus métodos, a pelo menos tomá-los mais conscientemente, compará-los com alternativas reais? Eu não vi ainda um importante encontro de filosofia no Brasil (no exterior sim, freqüentemente), na nossa comunidade filosófica, onde o ensino de filosofia fosse um assunto central. Muito menos vi um seminário dedicado a isso, num encontro que congregasse alguns dos expoentes da nossa área. Nos nossos encontros de filosofia, nos nossos departamentos, nos nossos seminários, a reflexão pedagógica parece ser estranha ao horizonte de nossos filósofos, parece que os tornaria meros professorezinhos e não pesquisadores de verdade...

R: Eu acho que você tem integralmente razão e, ao dizer isto, tenho uma vez mais de assumir, com o resto da comunidade, uma parte da culpa. De fato, eu organizei dezenas de colóquios ao longo dos meus quarenta anos de trabalho como professor de filosofia e nunca organizei nenhum sobre o ensino da filosofia. Vamos dizer que a minha mudança de paradigma do ensino filosófico foi há dez, doze anos atrás, mas já teria tido tempo de organizar algum e ainda não organizei. Parece-me que você pôs o dedo aí numa ferida real. Quem sabe se não podemos organizar algum, ao invés de ficar apenas lamentando o fato de não termos organizado?

P.: Você pode nos falar um pouco sobre a sua experiência de elaboração e discussão filosófica no seu pós-doutorado na Inglaterra?

R.: Em 1983, passei o ano inteiro num pós-doutorado junto ao departamento de filosofia da London School of Economics and Political Sciences. Uma vez por semana, lá se realizavam seminários de discussão de textos filosóficos, de que participavam os professores do Departamento e os estudantes de pós-graduação em filosofia, mais alguns professores de fora, todos filósofos. Cada seminário durava britanicamente duas horas, nem mais nem menos. Durante a primeira hora, um conferencista expunha sua posição

pessoal sobre um tema filosófico de sua escolha, um tema de interesse geral. Na maioria das vezes as conferências versaram sobre temas de teoria do conhecimento, ou teoria da linguagem, ou filosofia da ciência. Os conferencistas eram ou membros do departamento local (sete, ao todo), ou eram, como na grande maioria das vezes, professores de outros departamentos de filosofia de Londres, ou de Oxford, ou de Cambridge, ou de outras universidades britânicas, ou eventualmente de universidades estrangeiras.

Cada conferência era seguida por uma hora de debates. Debates elegantes, mas “duros”, ao modo britânico. Pediam-se explicações, formulavam-se objeções, impugnavam-se teses e argumentos, desenvolviam-se contra-argumentos. Por vezes, objeções e perguntas eram feitas ainda no meio de uma conferência. E o conferencista tentava replicar, defendendo seus pontos de vista, explicando melhor suas posições, propondo novos argumentos. Lembro-me de ter ficado pasmo, logo num dos primeiros seminários, quando, na seqüência dos debates, ouvi um dos professores presentes dizer, sorridente e em tom cortês, ao conferencista algo assim: “Seus dois argumentos para defender seu ponto de vista me parecem totalmente irrelevantes, eles não sustentam realmente a tese proposta. E não sustentam pela razão seguinte...”. Não pude deixar de imaginar qual seria a reação de um conferencista no Brasil em face de uma tal situação. É que aqui infelizmente ainda não se tem, infelizmente, o hábito do debate sério e aberto em filosofia.

Presenciar filósofos britânicos discutindo filosofia seriamente foi para mim uma grande lição. Fez-me de vez acordar de um longo “sono historiográfico”. Porque pude constatar “empiricamente” a distância enorme que existia entre uma tal prática sadia e nossa insípido e pouco filosófico unilateralismo historiográfico, que nos faz concentrarmos unicamente no estudo de autores e sistemas, e nos inibe totalmente para o debate de idéias filosóficas. Não se tem a coragem de pensar, de expor posições pessoais, de expor-se à crítica, de debater com os outros, de criticar e ser criticado. Só para acabar de contar: Essas reuniões da London School iam das duas às quatro horas da tarde. Havia um relógio grande que batia as horas. Quando o relógio batia quatro horas, mesmo em meio à mais acirrada discussão, o presidente da seção se levantava, sorria, dizia “Quatro horas!” e saía da sala. E todos nos levantávamos e saíamos também da sala, porque as reuniões eram programadas para terminar às quatro horas. Também por esse motivo, os seminários nunca eram cansativos ou aborrecidos. Quem quisesse continuar a discutir podia continuar lá fora. Mas, de fato, íamos todos tomar chá no andar de cima.

P.: Gostaria de saber sua opinião sobre por que na filosofia do Brasil é mais difícil estabelecer uma relação horizontal, onde as pessoas possam criticar umas às outras, onde possam dizer: “Olha, desculpe, mas os seus argumentos me parecem errados”. Eu não conheço todas as áreas acadêmicas do Brasil, mas eu conheço algumas áreas em que isso é permitido. Entre a nata filosófica brasileira, essas coisas são muito mais difíceis de acontecer. O que o senhor acha?

R.: Não creio que lhe possa dar uma resposta realmente adequada. Mas é preciso lembrar que o cultivo sério da filosofia no Brasil é algo muito recente. Aliás, somente no século XX se criaram as universidades brasileiras. Cursos sérios de filosofia, no Brasil, existem há apenas algumas décadas. Não temos ainda uma tradição filosófica. Nos últimos trinta anos, isso nós pudemos acompanhar, houve um florescimento filosófico admirável. Há muita gente boa em vários rincões do país, trabalhando com seriedade em filosofia. E é impressionante o número de jovens que se interessam cada vez mais pelo estudo da filosofia. Por isso, sou otimista quanto ao futuro. Começamos muito tarde, mas estamos progredindo bem

Quanto ao fato de nossa comunidade filosófica não ser “dialógica”, concordo com sua impressão. Não há realmente o costume do debate filosófico, da polêmica sadia entre pontos de vista diferentes. Uma hipótese a ser considerada para explicar esse fato é a da influência exercida pelo modelo francês do estudo de filosofia, sobre muitas universidades brasileiras. Dos mestres franceses, alguns deles pensadores de reconhecido valor, aprendemos método e rigor no estudo dos textos. Graças a eles, desenvolveu-se entre nós o cultivo de uma historiografia filosófica da melhor qualidade. Mas esse modelo privilegiava a história da filosofia mais que a discussão e o debate de idéias. De fato, ele não se propunha a ensinar a filosofar. Aliás, ainda nos dias que correm, enquanto nas universidades britânicas e norte-americanas se estimula a discussão e o debate, isso parece ocorrer bem menos nas universidades francesas. Também no que diz respeito às revistas de filosofia, é mais nas revistas britânicas e norte-americanas que se assiste a discussões e polêmicas fecundas sobre problemas filosóficos da atualidade.

[Encerramento. Muitos aplausos.]